

## **MIGRAÇÃO PENDULAR E CENTRALIDADE URBANA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

**Francisco Charles Pereira da Silva<sup>1</sup>**

*(Graduando em Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,  
[franciscocharles@alu.uern.br](mailto:franciscocharles@alu.uern.br))*

**Larissa da Silva Ferreira Alves<sup>2</sup>**

*(Doutora em Geografia, docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
[larissaferreira@uern.br](mailto:larissaferreira@uern.br))*

### **RESUMO**

O fenômeno migratório esteve presente durante toda a história da humanidade, na contemporaneidade esse fenômeno se configura a partir da reprodução do capital, que manifesta novos fatores de atração e novas rotas migratórias. Por isso, o trabalho objetiva apresentar algumas reflexões teórico-conceituais de população, migração pendular e centralidade urbana. A metodologia seguiu uma revisão bibliográfica, a partir de autores clássicos que discutem um histórico da população, migração pendular e centralidade urbana. Assim, foi possível perceber que a ação de movimentar-se em busca de melhores condições de vida acontece desde os primórdios da civilização, mas a contemporaneidade configura as formas de pensar a migração pendular em espaços acelerados pelo capital, que sugere novas centralidades e hierarquias urbanas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento Pendular; Centralidade urbana; Espaço urbano.

### **GT1: Estudos Urbanos**

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo objetiva buscar reflexões teóricas conceituais sobre população, migração pendular e centralidade urbana, pensando que o estágio atual de transformação da sociedade e as reconfigurações do capitalismo, sugerem novas rotas migratórias e novos espaços centrais. Esse fenômeno acontece no Brasil, na segunda metade do século XX, no momento em que as metrópoles estão no ápice da migração pendular (Santos, 2008).

Essa população começa a deslocar-se para as cidades médias, influenciados pelas políticas públicas transversais que adentram o território nos anos 2000, com destaque ao semiárido brasileiro que passa a formar novos centros de influência urbano regional (Alves; Dantas; Souza, 2018). Por isso, o trabalho objetiva apresentar algumas reflexões teórico-conceituais de população, migração pendular e centralidade urbana.

---

Para a base teórica, utilizou autores como Sposito (2008) e Damiani (2008) que discutem conceitos de População e evolução a partir da formação dos espaços urbanos; Lefebvre (2008), Corrêa (2003; 2006), Santos (2008) pensam como a evolução e fragmentação do espaço urbano é condicionante para os fatores de atração a migração; Ojima; Marandola (2012), Lobo; Cunha (2017), Ojima; Frusco (2015) apresentando uma aproximação conceitual para migração pendular; Alves; Dantas; Souza (2018) e Taveira; Barreto; Bezerra (2023) pensando a migração pendular a partir da formação de novos centros de influência urbano regional.

A pesquisa está estruturada com as seguintes seções: Revisão teórica, discutindo os conceitos de migração pendular, centralidade urbana, população e fluxos urbanos; As considerações finais e referências.

## **2 CENTRALIDADE URBANA, MIGRAÇÃO PENDULAR E FLUXOS URBANOS REGIONAIS**

O ato do deslocamento, do movimentar-se, já acontece desde os primórdios da civilização. A história humana é marcada pelo deslocamento populacional, desde os primeiros grupos nômades que em contato direto com a natureza, sentiu a necessidade de mudar-se de residência à procura de alimentos, proteção, locais com melhores condições climáticas, terras férteis e etc. Esse fenômeno é responsável por distribuir e povoar todo o planeta, com diferentes raças, etnias, religiões e condições socioeconômicas, tudo englobado no processo de migração, que resultaria mais tarde nas primeiras aglomerações humanas (Sposito, 2008).

Assim, “a mobilidade humana acontece com o movimento de pessoas ou grupos em busca das mais diversas situações, em períodos estáveis ou temporários, com categorias diversas de pessoas” (Taveira; Barreto; Bezerra, 2023, p. 43). O deslocamento, portanto, sugere contato com novos povos, novos espaços, novas técnicas, novas formas de pensar, produzir e reproduzir o espaço social, a partir de novas formas de dominação. Não seria uma globalização, mas seria uma das maiores características humanas durante a história, o movimentar-se, o deslocar-se e produzir espaço (Sene, 2011).

Durante a história antiga diversos eventos marcaram as migrações internacionais, a partir de conflitos e necessidades de melhores condições de vida, além da saída de pessoas do campo para as cidades, no êxodo rural. O império Romano é marcado por invasões Bárbaras, na alta Idade Média, que saqueiam as cidades, levando a população a fugir para o campo. Na baixa Idade Média, a população começa a retornar aos poucos para as cidades, principalmente,

com o interesse de trocar e comercializar excedente da produção agrícola nas feiras livres, que abriram caminho para o capitalismo moderno (Sposito, 2008).

As cidades pré-capitalistas foram berços de massas populacionais que migraram dos campos com a promessa de novas oportunidades de vida nas indústrias urbanas, mas foram empurrados para as periferias, formando os inchaços urbanos. Os moradores das periferias precisavam se deslocar diariamente para trabalhar nas indústrias concentradas no centro das cidades, em uma verdadeira cidade pensada para o capitalismo (Esse movimento diário podia se assemelhar a migração pendular). Os exemplos de Londres, Liverpool e Manchester na Inglaterra, nos séculos XVII e XVIII, formaram os primeiros centros de migração pendular da contemporaneidade (Sposito, 2008).

Nesse contexto de inchaço urbano na Inglaterra, demógrafos começaram a pensar teorias que pudessem explicar o inchaço urbano que assolava o país. O principal exemplo foi Thomas Malthus que chegou a afirmar que a população estava crescendo em formato de progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos estava crescendo em progressão aritmética (Damiani, 2008).

A partir do século XX já começa a se falar em globalização, na formação de centros de influência mundial, no momento em que o espaço geográfico parecia se reproduzir de forma cada vez mais acelerada. Os movimentos populacionais aceleram-se com a globalização, impulsionados pela internacionalização do mundo do capital, que apresenta e reconfigura a ideia de migração antiga. Na verdade, não parece ter mudado tanto, mas o que mudou, claramente, foi a velocidade do deslocamento e os locais de interesse do migrante (Sene, 2011).

No Brasil, o processo de industrialização, a partir da década de 1940 impulsionou a saída da população do campo em direção às grandes cidades em busca de oportunidades de trabalho. O contingente populacional, formou os inchaços urbanos nas periferias, resultado da precária infraestrutura urbana. Esse processo resultaria nas primeiras formas de migração pendular no Brasil, de pessoas que saíam das periferias urbanas para trabalhar e acessar demais serviços no centro da cidade, com destaque para as primeiras metrópoles sendo formadas no Sudeste (Maricato, 2002; Santos, 2008).

Precisamos pensar, primeiramente, que a saída da população para as grandes cidades acontecem de forma acelerada para os padrões brasileiros, para espaços urbanos com pouco planejamento e péssimas condições de vida. Aquelas pessoas que saíram do campo com a esperança de melhores condições de vida, se deparam com cenários de desemprego e

---

insalubridade. Uma das poucas alternativas seriam buscar trabalho no centro das cidades, portanto, desenvolvendo o processo de pêndulo diário da residência periférica para o trabalho e vice-versa (Maricato, 2002).

A partir dos anos 1990, o Brasil encontra-se no ápice do inchaço periférico e a migração pendular em alta, reafirmando a necessidade de melhorias urbanas, com destaque a redes de transportes e mobilidade urbana. É nesse momento que entram em destaque as cidades dormitórios, que os trabalhadores saíam de suas casas para trabalhar na metrópole e retornavam à cidade de menor porte, na região metropolitana, para dormir e retornar no dia seguinte (Santos, 2008).

Assim,

O estudo dessa forma de mobilidade humana vem tomando grande relevo desde a segunda metade do século XX. Com o crescimento das cidades, foram surgindo núcleos urbanos nos quais a maior concentração de atividades industriais, comerciais e prestação de serviços em relação a outras áreas contribuíram para que esses núcleos se tornassem uma referência para regiões próximas a eles, estabelecendo uma relação hierárquica com as regiões-satélite a eles, quanto ao mercado de trabalho. Essas áreas de maior importância são denominadas de regiões funcionais. Essas regiões possuem grande importância no contexto da MP, pois são justamente para as regiões de maior e mais diversificado mercado de trabalho e oferta de instituições de ensino que ocorre a maior mobilidade pendular. Assim, a MP é a unidade de medida de uma região funcional (Zaslavsky; Goulart, 2017, p. 3982).

Essa é uma característica da produção do espaço urbano moderna, que reafirmando sua posição de centralidade frente a reprodução das relações de produção, como local fragmentado, articulado, campo de lutas e relações sociais, local onde tudo acontece, no espaço de sobrevivência e reprodução do capital, quase que obriga o movimento de pessoas para esses espaços, que caracteriza se como o conjunto de articulações urbanas, em centros hierárquicos (Lefebvre, 2008; Corrêa, 2003; Corrêa, 2006).

A produção e articulação urbana nas últimas décadas, resultaram em centros de influência nacional e regional, porém, a desconcentração da população das grandes metrópoles está abrindo espaço para a formação de novos arranjos urbanos regionais. Normalmente, caracterizados como centros de influência central. Esse cenário sugere que “a rede urbana brasileira não apenas se interioriza em termos de desenvolvimento econômico, mas também pela dinâmica demográfica conectada entre municípios de regiões não metropolitanas” (Ojima; Marandola Jr., 2012, p. 108).

A produção do espaço urbano, frente às novas lógicas do capitalismo, sugere deslocamentos estratégicos, portanto, “o tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito

---

de ecossistema, unidade coerente constituída ao redor de uma ou várias cidades, de maior ou menor porte” (Lefebvre, 2008, p. 19). Os centros urbanos desenvolvidos formam as centralidades urbano regionais pelo poder de influenciar, resultado das concentrações de atividades comerciais. A população das cidades menores são forçadas a se deslocar para acessar esses serviços comerciais nos centros de concentração e reprodução do capitalismo (Lefebvre, 2008; Lobo; Cunha, 2017).

Os anos 2000 é marcado pela interiorização das políticas públicas no território, aliado a saída das pessoas das metrópoles para as cidades médias, que começara no final do século XX, resultou na formação de novos polos de influência urbanos regional, entendido a partir das divisões em regiões geográficas imediatas e intermediárias. Essas cidades médias recentes têm um intenso fluxo pendular pela capacidade de oferecer atividades no setor de serviços, como comércio, saúde e educação, principalmente com a interiorização das Instituições de ensino superior (Alves; Dantas; Souza, 2018). Assim,

O semiárido brasileiro atualmente passa por processo de reconfiguração territorial, em grande parte motivada por políticas públicas transversais que vêm garantindo mais investimentos em áreas interiorizadas do país, fixando e atraindo populações e acarretando também uma descentralização de serviços (Alves; Dantas; Souza, 2018, p. 02).

Essas novas configurações territoriais no Nordeste Brasileiro, principalmente nos espaços interiorizados, reafirmam a tese da saída da população das grandes metrópoles e a formação das áreas de influência urbano regional pelas cidades médias. Fator que influencia o deslocamento pendular na rede urbana interiorizada (Alves; Dantas; Souza, 2018).

O fato é que precisamos pensar nos fluxos pendulares que no percurso da literatura pode compreender vários termos, como mobilidade pendular, fluxo pendular, movimento pendular e migração pendular. No entanto, pensando no conceito geral, a migração pendular é o deslocamento diário da população motivados por aspectos econômicos, educacionais e saúde, que ao longo da história sofreu variações conceituais, mas entendemos aqui como termos complementares. (Ojima; Frusco, 2015) Assim,

Conceitualmente, a mobilidade pendular diz respeito ao movimento realizado por indivíduos que se deslocam regularmente (especialmente o diário) do domicílio de residência até onde trabalham ou estudam. Diferente da migração, esses deslocamentos não envolvem a mudança do local de residência e sim um fluxo

---

relativamente regular de ir e vir da residência para trabalho/estudo (por isso a alusão ao movimento do pêndulo) (Lobo; Cunha, 2017, p. 02).

Ao usar os termos; movimento pendular, migração pendular, e fluxo pendular, Lobo e Cunha (2017) reafirmam que em todos os casos sugere a noção de deslocamento diário da residência para o trabalho, por exemplo. Portanto, são termos complementares que podem ser usados de acordo com o contexto social e objetivo de análise. Damiani (2008) utilizou do termo migração pendular para indicar e explicar um fenômeno geral, mesmo que sua definição seja semelhante a de (Lobo; Cunha, 2017).

Desse modo,

A mobilidade compreendida nessa dinâmica da velocidade é portanto um processo socioespacial, no qual insere os indivíduos em uma lógica que favorece extração da mais-valia. Nesse sentido, ela funciona como uma qualidade essencial do capital é fundamental para compreendermos a produção do espaço (Barbosa, 2019, p. 159).

As novas configurações e reprodução dos espaços capitalistas dinamizaram novas visões e dimensões migratórias que passaram a pensar novos espaços, distâncias e interesses. As distâncias que eram percorridos a pé, ganham novos contornos sociais, intrínsecos a materialização e reprodução do espaço produzido e habitado que fica visível em algumas regiões do Brasil que se destacam por promover um grande fluxo pendular em áreas de influência das metrópoles e das capitais regionais (Ojima; Frusco, 2015). Dessa forma,

A mobilidade pendular compreende, portanto, um fenômeno que se manifesta e se materializa no tempo e espaço, resultado de uma estrutura social e econômica que se reproduz em diferentes conjunturas políticas. Analisar a dinâmica da mobilidade pendular envolve a investigação de relações que se estabelecem em diferentes escalas - local, regional, nacional -, privilegiando combinações e diferenciações de movimentos da população que se manifestam em espaços cada vez mais ampliados e integrados (Lobo; Cunha, 2017, p. 02).

Essa materialização social das relações de produção é resultado da necessidade de acessar serviços e estruturas que ao longo do tempo foram sendo centralizadas em locais estratégicos. Se pensarmos o caso do Brasil, as metrópoles de influência estão em grande números, no litoral, resultado da formação sócio territorial do país (Santos; Silveira, 2001). Essas metrópoles atuam como centros de influência para a população que reside nas cidades das regiões metropolitanas e precisam deslocar-se para a metrópole.

Assim, “A mobilidade pendular define-se, grosso modo, como o movimento realizado pela população que se desloca entre determinadas unidades espaciais de origem e destino,

---



frequentemente municípios, delimitadas pelo seu local de residência e pelo local em que trabalha e/ou estuda” (Lobo; Cardoso; Almeida, 2018, p. 173). A unidade espacial refere-se à distância entre a origem do migrante e a localidade central, o destino.

A unidade espacial compreende, portanto, que “A mobilidade pendular apresenta reflexos e efeitos similares demograficamente, uma vez que a unidade espacial de referência experimenta um acréscimo populacional temporário, que pode ser significativo em determinados momentos do dia” (Lobo; Cardoso; Almeida, 2018, p. 173). A unidade espacial, normalmente o destino do migrante, experimenta um crescimento populacional temporário de acordo com o interesse do migrante em diferentes horários do dia. Fator condicionado pela centralidade urbana.

A centralidade resulta em fluxos e arranjos urbano-regionais que “não se restringem a limites estaduais, não demarcam limites precisos, são polarizados por metrópoles, salvo exceções, e trazem em sua composição conjuntos de centralidades expressivas, categorizadas fundamentalmente como capitais regionais e centros sub-regionais” (Moura, 2008, p. 33). Os fluxos urbanos são formados pelo capital e os indivíduos, portanto, não respeita limites administrativos e econômicos. Se configura como uma teia hierárquica, onde espaços de menor influência estabelecem um fluxo em direção ao pólo central. O alcance dos fluxos desses centros, assim como a dimensão e representação espacial dos arranjos estão diretamente condicionados a partir da presença de um sistema de circulação de melhor qualidade (Moura, 2008).

A partir dessa perspectiva, “os arranjos urbano-regionais referem-se a configurações que concentram espacialmente a presença da técnica, o enfeixamento de relações e, relativamente, o poder de decisão” (Moura, 2008, p. 39). Hora, a evolução da morfologia urbana é o resultado gradual da evolução da técnica e das relações de poder. São nos espaços urbanos modernos que as relações sociais acontecem, influenciadas pela articulação do capital, que entre poder e decisão, influencia o fluxo populacional das cidades pequenas. São como um ecossistema, as cidades menores interligadas as maiores e vise-versa (Corrêa, 2006; Lefebvre, 2008).

Autores como Zaslavsky e Goulart (2017, p. 3982) definem da seguinte forma, “A mobilidade pendular, também chamada de migração pendular (MP), pode ser definida como movimentos cotidianos das pessoas entre o local de residência e locais de trabalho ou estudo”. Essa definição se assemelha a outras definições já utilizadas, pensando uma aproximação conceitual da dinâmica atual. Por isso,

---

O termo vem sendo usado especialmente quando essa mobilidade implica em residir em certo município e trabalhar ou estudar em outro. Isso é fato importante, pois é o que diferencia a MP da imigração, visto que, nesse segundo caso, existe uma troca definitiva de local de residência (Zaslavsky; Goulart, 2017, p. 3982).

A migração pendular, nesse caso, compreende fenômenos espaciais centrais, ou seja, fatores de atração a migração de pessoas que residem em cidades pequenas ou em regiões metropolitanas e precisam se deslocar para acessar serviços nos polos de influência urbano regional, que assumem poder de centralidade, na rede urbana (Zaslavsky; Goulart, 2017).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Partir das reflexões teóricas é possível perceber que a evolução da população passa por processos de deslocamentos constantes, desde os povos nômades, que caçavam até o estágio atual do capitalismo, que sugere novos centros de influência urbano regional, nacional e internacional que concentram serviços e mantém uma interligação fragmentada e articulada na rede urbana.

A formação dos centros urbanos modernos, são pensados a grosso modo, como centros de influência do capitalismo. São hierarquizados pelo poder de influência e alcance de consumo em diferentes espaços. Essa hierarquia e centralidade, com destaque para as metrópoles, influencia um fluxo pendular diário da população da região metropolitana para acessar serviços que os municípios menores não são capazes de oferecer.

Por isso, a migração pendular é o deslocamento diário da população de um ponto A para um ponto B, o B sendo destino que contém os fatores de atração, que deslocam-se, acessam os serviços e retornam para suas residências. Esse fenômeno pendular está atrelado a uma integração urbana que pensa a centralidade e a hierarquia urbana, ou seja, são espaços com essas características que atraem a população e formam os novos arranjos espaciais.

Porém, o interesse do capital não fica restrito aos grandes centros urbanos, já adentram as cidades médias, formando novos pólos de influência urbano regional. Portanto, são reflexões teóricas que buscam aproximar esses conceitos ao entendimento da migração pendular no estágio atual do capitalismo.

### **REFERÊNCIAS**

---



ALVES, Larissa; DANTAS, Joseney; SOUZA, Gilton. DYNAMIC URBAN-REGIONAL IN INTERNAL FRONTIER TERRITORIES. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, feb. 2018. ISSN 1984-2201. Available at: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2051>>. Date acesso: 25 feb. 2025. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17003>.

BARBOSA, Glayse. ELEMENTOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DA MOBILIDADE PENDULAR NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio Rio de Janeiro**, v. 12, n. 23, p. 157-187, jul.-dez. 2019.

BOMTEMPO, Denise. **Teorias da Geografia da População**. p. 443- 482. Teorias da Geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico organizado por Eliseu Savério Sposito, Guilherme dos Santos Claudino.- Rio de Janeiro, RJ: Consequência Editora, 2020.

BRADFORD, M. G. KENT, W. A. **Teoria dos lugares centrais: o modelo de Christaller**. In: BRADFORD, M. G. KENT, W. A. Geografia humana: teorias e aplicações. Lisboa: Gradiva, 1987. p. 17-45.

CORRÊA, Roberto. **Explorações Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto. **O espaço urbano**. Editora Ática. São Paulo. 2003.

DAMIANI, Amélia. **População e Geografia**. Geografia Contexto. 2008.

GREVE, Camila; SPINOLA, Carolina; REIS, Renato; GILEÁ, José. DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E A TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS LEITOS DE INTERNAÇÃO DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA NO ESTADO DA BAHIA. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XXIV – V. 1 - N. 51** – Jan./Abr. 2022 – Salvador-BA – p. 295 – 317.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias** :Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Reflexões sobre o deslocamento populacional no Brasil**. Estudos e Análise: Informações demográficas e socioeconômicas. Organizadores: Luiz Antônio Pinto de Oliveira; Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de influência das cidades** : Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro : IBGE, 2018. 192 p.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LOBO, Carlos; CARDOSO, Leandro; ALMEIDA, Ivania. Mobilidade pendular e integração regional: uma metodologia de análise para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. 2018. **Cadernos Metrópole**, 20(41), 171–189. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4108>

LOBO, Carlos; CUNHA, José. MIGRAÇÃO E MOBILIDADE PENDULAR NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DE METRÓPOLES BRASILEIRAS. 2019. **Mercator (fortaleza)**, 18, e 18017. <https://doi.org/10.4215/rm2019.e18017>.

---

MARICATO, Ermínia. **Na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. In: MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, [s.n.], 2002.

MOURA, Rosa. Arranjos urbano-regionais: uma categoria complexa na metropolização brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 29, 2008. DOI: 10.22296/2317-1529.2008v10n2p29. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/199>. Acesso em: 3 abr. 2025.

OJIMA, Ricardo; MARANDOLA, Eduardo. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 14(2), 103-116 (2012). <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2012v14n2p103>.

OJIMA, Ricardo; FRUSCO, Wilson. **MIGRAÇÕES NORDESTINAS NO SÉCULO 21: Um Panorama Recente**. Editora Edgard Blücher Ltda, São Paulo. 2014.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. p.11-26. Ricardo Ojima, Wilson Fusco. **Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente**, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015. <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-ojimafusco-04>.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Unesp, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI. In: **Do meio natural ao meio técnico científico e informacional**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p. – pág. 31 -63.

SENE, Eustáquio. **Globalização e espaço geográfico**. 3. ed., 1º reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2011.

SPOSITO, Maria. **Capitalismo e Urbanização**. Geografia Contexto. 2008.

TAVEIRA, Cícero; BARRETO, Rodolfo; BEZERRA, Josué. A interiorização do ensino superior, o movimento pendular e o setor de serviços: o caso de Pau dos Ferros (RN). **Multítemas**, Campo Grande, MS, v. 28 n. 70, p. 41-58, set./dez. 2023.

ZASLAVSKY, Ricardo; GOULART, Bárbara. Migração pendular e atenção à saúde na região de fronteira. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(12), 3981–3986. (2017). <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.03522016>

---